



Instituto
Brasil-Israel

Tel Aviv

CISJORDÂNIA

JERUSALEM

Faixa de Gaza

ISRAEL

PARA ENTENDER

O CONFLITO

ENTRE ISRAEL

E PALESTINA

PERGUNTAS E RESPOSTAS

40 km

40 mi

- 1. Se trata de um conflito religioso? 03**
- 2. Quando e por que ele começou? 04**
- 3. Por que quando o Estado de Israel foi declarado, não foi declarado também o Estado palestino? 06**
- 4. Quem são os refugiados palestinos? 08**
- 5. O que são a Linha Verde, os territórios ocupados e os assentamentos? 10**
- 6. O que foram a Primeira Intifada e Acordos de Oslo? 12**
- 7. O que foram Camp David II e Segunda Intifada? 14**
- 8. Qual a diferença entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia? E Jerusalém Oriental? 15**
- 9. Quais são os grupos influentes entre os palestinos? 17**
- 10. Quais seriam as possíveis soluções para o fim do conflito? 19**
- 11. Por que o Líbano sempre aparece como um fator perigoso para o conflito? 21**
- 12. Quem é Binyamin Netanyahu?..... 22**

1. Se trata de um conflito religioso?

Essencialmente não. O conflito entre Israel e os palestinos, embora tenha componentes religiosos, não pode ser definido como um conflito movido pelas crenças judaica e islâmica, basicamente. Os primeiros focos de nacionalismo árabe hostis ao sionismo, por exemplo, vieram de grupos árabes cristãos. A imensa maioria da população israelense é secular/tradicionalista, ou seja, não adota concepções radicais do judaísmo. Do lado palestino, a população é em média mais religiosa, mas durante toda a história, os movimentos laicos foram quase que hegemônicos no espectro político palestino.

Além disso, alguns acordos foram assinados entre representantes dos dois povos (com apoio popular), dispostos a renunciar de parte dos territórios, proibido por visões sectárias das duas religiões. A ideia de que trata-se de um conflito religioso normalmente é evocada por quem, por razões religiosas ou políticas, não concorda com o direito do outro à autodeterminação nacional, e, assim, lança uma premissa sem solução (afinal, como resolver um problema que está no seio de uma questão milenar e apologética?).

No entanto, a influência de dogmas religiosos tem crescido nos últimos anos, sobretudo com o fortalecimento de partidos da extrema-direita ortodoxa de Israel, e de grupos extremistas muçulmanos sunitas, como o Hamas e a Jihad Islâmica. O xiismo é uma corrente quase inexistente entre os palestinos, o que não impede que estes grupos recebam apoio do regime iraniano e que cooperem com o Hezbollah (xiitas). Nenhum deles representa a população em sua maioria, embora por vezes consigam vencer eleições (sobretudo em coalizões).

2. Quando e por que ele começou?

O povo judeu, ainda que tenha vivido disperso na diáspora judaica durante quase dois mil anos, sempre conservou uma identidade nacional. Obviamente, parte desta identidade é resultado do próprio antissemitismo, uma vez que os judeus eram obrigados a viver separadamente da maioria cristã ou muçulmana ao longo da história, e a eles eram negados direitos básicos, como o de trabalhar na terra em diversos países da Europa. Mas, esta identidade nacional também evocava a ideia de voltar a reunir-se em Jerusalém, como entoadado na festividade de Pessach, que comemora a saída do Egito. Durante todo este período, judeus aprendiam a falar a língua hebraica, que, além da sua função religiosa como idioma vernáculo, também acabou por ser um idioma comum entre judeus de diferentes localidades, que ajudou a impulsionar o comércio mediterrâneo na Alta Idade Média. O senso de pertencimento ao mesmo povo, sofrendo privações de cunho nacional e com uma terra ancestral em comum, contribuíram para que a identidade nacional judaica, existente desde a época dos reinos israelitas na Judeia e em Israel antigos, fosse conservada.

A partir de fins do século XIX, um movimento migratório levou judeus, da Europa Oriental para a Terra de Israel, ou, naquele momento, a província da Palestina, pertencente ao Império Otomano: era o movimento sionista, que ensaiava sua primeira resposta à questão judaica, por meio da criação de um lar nacional judaico. A questão judaica é, basicamente, o dilema judaico entre suas duas identidades (judaica e nacional), somada ao antissemitismo moderno, motivado sobretudo pelo nacionalismo xenofóbico. Após a Revolução Francesa, paulatinamente os judeus tornar-se-iam cidadãos nos países onde habitavam, teoricamente, gozando de direitos iguais aos outros. No entanto, mesmo após o advento da cidadania, os judeus jamais deixaram de ser vítimas do antissemitismo.

A chegada dos judeus à Palestina otomana, no entanto, não desencadeou nenhum conflito entre judeus e árabes da região. Cerca de 50 mil judeus imigraram entre 1881 e 1914, sem que tal acontecimento tivesse gerado qualquer crise. Pelo contrário: a convivência era geralmente pacífica.

Após a Primeira Guerra Mundial, o jogo virou. Os interesses colonialistas britânicos e franceses resultaram em uma divisão dos territórios do antigo Império Otomano em regiões mandatárias e zonas de influência, como se vê nos Acordos de Sykes-Picot.

Os britânicos também fizeram promessas dúbias a judeus e árabes da região com respeito à autonomia e soberania sobre os territórios conquistados. Ao mesmo tempo em que emitiram a Declaração Balfour, na qual anunciavam sua simpatia a um Lar Nacional Judeu na Palestina, prometeram uma grande nação árabe às elites locais, por meio das Cartas McMahon-Hussein. A comunidade árabe da Palestina passou a ver com desconfiança a presença judaica na região, interpretando que os judeus, europeus como os britânicos, seriam parte de um projeto colonial que lhes subjugaria na terra que ocupavam há centenas de anos. E em 1921 tivemos o primeiro grande evento de ordem nacional - os Distúrbios de Jaffa, quando um ataque de milícias árabes atacou uma passeata de primeiro de maio de trabalhadores judeus, deixando 45 mortos. Outros 48 árabes também acabaram sucumbindo, a maioria em confrontos com a Polícia britânica que tentava conter o ato.



Túmulo dos judeus mortos nos Distúrbios de Jaffa em 1921

Avishai Teicher | WikiMedia CC 2.5

3. Por que quando o Estado de Israel foi declarado, não foi declarado também o Estado palestino?

A UNSCOP foi o comitê organizado pela ONU para inspecionar a região da Palestina e propor uma solução para a crise lá instaurada. Enquanto o movimento sionista aceitou se reunir com a comitiva e apresentar suas demandas, as lideranças árabes da Palestina se recusaram a debater qualquer proposta que dividisse o território em dois Estados. Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou o Plano de Partilha da Palestina, que propunha a divisão do território em dois Estados: um árabe e um judaico. O movimento nacionalista palestino, liderado por Mufti Amin al-Husseini, declarou guerra à comunidade judaica na Palestina no dia seguinte à aprovação.

Em 14 de maio de 1948, na véspera da retirada total das forças britânicas da região, o movimento sionista, liderado por David Ben Gurion, declarou a independência do Estado judeu na Terra de Israel (o Estado de Israel), que foi prontamente reconhecido pela maioria da comunidade internacional (incluindo os EUA e a URSS). Cinco países atacaram o recém-criado Estado de Israel, numa guerra que teve, entre outras consequências, a conquista da Faixa de Gaza pelo Egito e da Cisjordânia pela Jordânia.



Israel expandiu o território designado pela ONU para o Estado judeu, declarou soberania sobre toda esta faixa de terra, e deu cidadania aos cidadãos árabes que permaneceram no país. Egito e Jordânia mantiveram a Faixa de Gaza e a Cisjordânia como territórios ocupados, sem declarar sobre eles soberania a princípio.

Após a guerra, o Estado de Israel recebeu grandes levas de imigrantes, a maior parte deles eram sobreviventes do Holocausto, que não tinham para onde ir e desembarcaram no país em situação calamitosa. Outro grupo que chegou no país ao longo dos anos 1950 e 1960 era de judeus oriundos de países do Oriente Médio e do Norte da África, onde a perseguição e o antissemitismo se agravou profundamente após a criação do Estado de Israel. Parte destes judeus foram expulsos de seus países e imigraram para Israel como refugiados, único país disposto a recebê-los. Foram mais de 700 mil judeus do mundo árabe-islâmico que imigraram para Israel, a grande maioria fugidos de massacres, leis discriminatórias e expulsões.



Navio Parita com 850 refugiados judeus a bordo na costa de Tel Aviv, 1939.

Crédito: Reprodução Memorial do Museu do Holocausto - EUA

4. Quem são os refugiados palestinos?

Uma das principais consequências da Guerra de 1948 (chamada de Guerra da Independência por Israel e Nakba - catástrofe - pelos palestinos) foi o êxodo da maioria da população palestina que habitava o território que passou a formar o Estado de Israel. A guerra teve duas importantes fases - (a) a guerra civil entre judeus e árabes que viviam na Palestina, e (b) a guerra entre Israel e os cinco países árabes que o invadiram. Após um período de massacres de civis protagonizados pelos dois lados, ofensivas por parte das milícias sionistas provocaram o êxodo de populações árabes inteiras. Parte dos árabes palestinos foram expulsos pelas milícias sionistas e pelas FDI (Forças de Defesa de Israel); parte dos palestinos se retirou, seguindo recomendações dos líderes dos países árabes, a fim de facilitar a conquista dos territórios sem ameaçar a população civil palestina; a maior parte, no entanto, fugiu devido ao medo e à brutalidade da guerra. Algumas dessas comunidades foram convocadas pelo Estado de Israel para retornar a seus vilarejos, especialmente na Galileia. Mas, a maioria jamais regressou às próprias casas, e até hoje muitos vivem em campos de refugiados na Faixa de Gaza, na Cisjordânia, no Líbano, na Jordânia, na Síria e em outros países. Estima-se que fossem entre 590 e 850 mil em 1949. Hoje, incluindo os descendentes, já seriam mais de 4 milhões de pessoas.



A demanda palestina exige o retorno dos refugiados às suas casas, e condiciona este retorno a um acordo de paz. O Estado de Israel sempre se negou a recebê-los nestas quantidades, tendo admitido em negociações o retorno de um número simbólico, e uma compensação financeira pelas suas perdas. O retorno dos refugiados palestinos e seus descendentes poria em risco a maioria judaica no Estado de Israel, que é efetivamente o que garante que Israel seja um Estado judeu.

A Jordânia foi o único país do mundo com um grande número de palestinos a oferecer-lhes cidadania. O status de refugiados permanentes e a ausência de um Estado palestino transforma esta questão em algo muito mais complexo, e de difícil resolução.



Campo de refugiados palestinos Yarmouk, Síria, 2014.

Crédito: Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente

5. O que são a Linha Verde, os territórios ocupados e os assentamentos?

A linha verde é o nome que se dá à fronteira entre Israel e a Cisjordânia. Ela tem esse nome porque foi traçada por um lápis verde entre generais de Israel e da Jordânia, após a Guerra de 1948.

Em 1967, frente a ameaças de destruição por países vizinhos, Israel lançou um ataque surpresa e muito eficiente, e em apenas seis dias derrotou os exércitos de Egito, Jordânia e Síria - o episódio ficou conhecido como Guerra dos Seis Dias. Além disso, o Estado de Israel conquistou a Península do Sinai, as Colinas do Golã, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, quadruplicando seu tamanho. Israel declarou soberania somente sobre duas regiões: as Colinas do Golã e Jerusalém oriental (não reconhecidas pela comunidade internacional, salvo raras exceções), o resto dos territórios permaneceram sob um regime de ocupação militar.



Em 1979, Israel assinou um acordo de paz com o Egito e, na negociação, devolveu toda a Península do Sinai.

Israel jamais declarou soberania sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Enquanto o primeiro segue sendo um território ocupado por Israel, na Faixa de Gaza não há mais a presença de colonos ou das forças armadas israelenses - há um bloqueio que condiciona a entrada de qualquer produto a uma rígida inspeção de Israel e do Egito. Ao longo do tempo, sucessivos governos israelenses construíram assentamentos judaicos nestes territórios, colonizando a região. Os primeiros assentamentos tinham um objetivo estratégico e de defesa: povoar a região em volta de Jerusalém e o Vale do Jordão para evitar ataques com a complacência dos palestinos locais. Mais tarde, correntes da direita sionista, laicas e religiosas, pressionaram o governo a expandir a colonização. Hoje vivem na Cisjordânia cerca de 400 mil colonos, além de outros 150 mil em Jerusalém oriental.



6. O que foram a Primeira Intifada e Acordos de Oslo?

Em 1987, após 20 anos de ocupação israelense, uma nova geração de palestinos decidiu rebelar-se devido à falta de perspectiva de um futuro melhor. Civis palestinos, que transitavam livremente no território israelense (embora não tivessem cidadania), iniciaram uma revolta violenta conhecida como Intifada. Soldados israelenses, despreparados para eventos como este, reprimiram fortemente estas manifestações, o que gerou uma crise internacional. A primeira Intifada gerou uma comoção global pela triste situação dos palestinos, e pressionou Israel para uma resolução para o problema.

Na primeira metade da década de 1990, o governo israelense e a OLP (Organização pela Libertação da Palestina, uma confederação de grupos seculares políticos e armados) assinaram os Acordos de Oslo. Neste acordo, a OLP reconheceria o Estado de Israel e renunciaria ao terrorismo, e o Estado de Israel reconheceria a OLP de Yasser Arafat como a legítima representante do povo palestino. Os dois lados se comprometeriam a chegar a uma solução definitiva para o conflito em até cinco anos. E a OLP seria transformada na Autoridade Palestina (AP), um embrião de um governo que receberia autonomia de parte da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.



Check Point do Exército Israelense próximo a Jabalia, 1987.

Crédito: WikiCommons - CC 3.0

Os territórios ocupados seriam divididos em regiões A, B e C. Nas regiões A, que abarcariam as 8 grandes cidades palestinas da Cisjordânia e quase toda a região da Faixa de Gaza, os palestinos gozariam de autonomia total, sem a presença civil ou militar do Estado de Israel. Nas regiões B, que abarcavam quase todos os outros vilarejos palestinos, a AP teria a autonomia civil, mas ainda com a presença das forças armadas de Israel controlando sobretudo as rodovias. Os territórios C, que correspondem à 60% da Cisjordânia, têm total controle israelense. Nos territórios C, vivem todos os colonos israelenses e cerca de 100 mil palestinos.

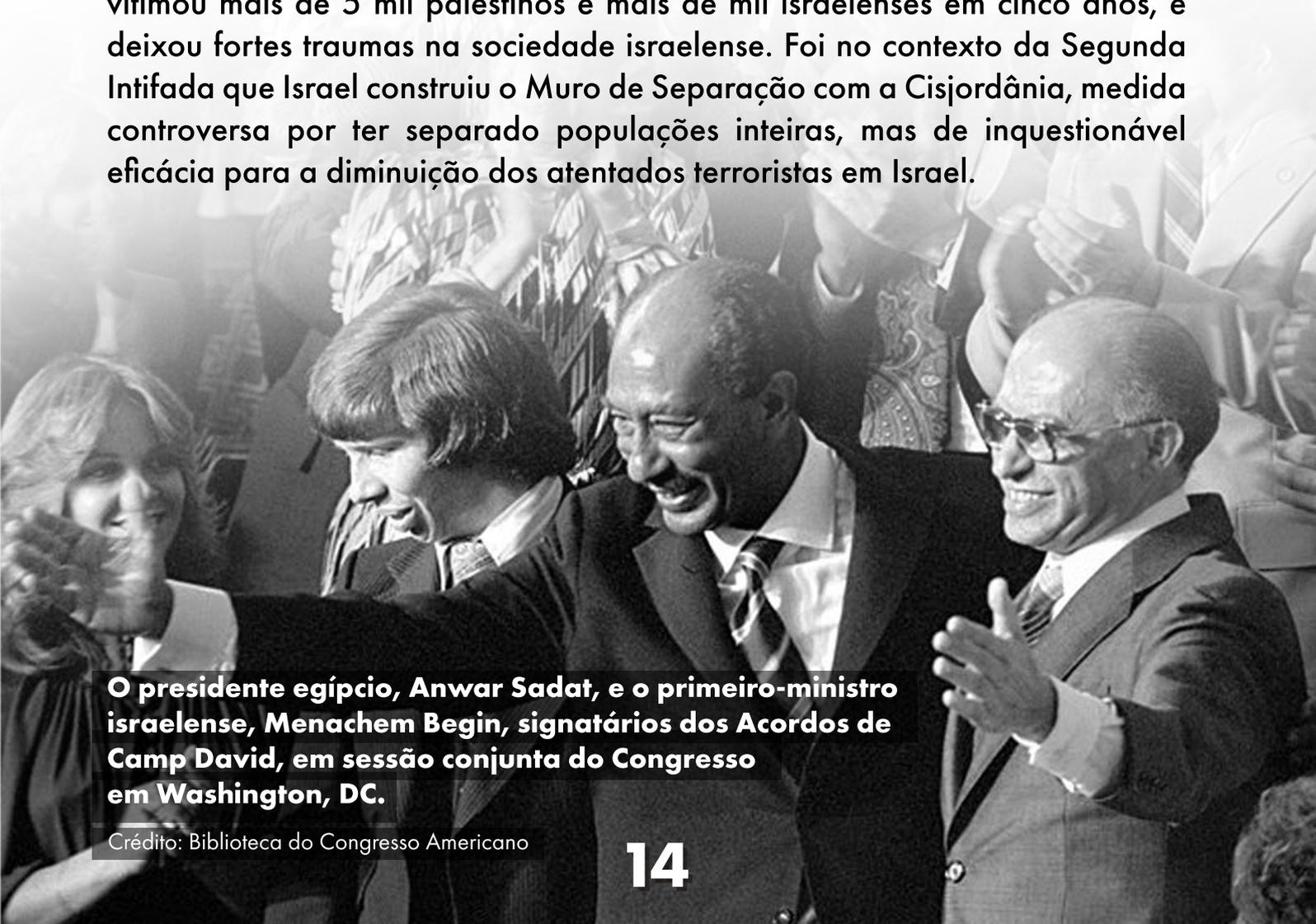
O avanço dos Acordos de Oslo para a solução definitiva foi interrompido pelo assassinato do primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin, em 1995, por um judeu extremista que acreditava que renunciar a parte da Terra de Israel correspondia a profanar um mandamento divino.



7. O que foram Camp David II e Segunda Intifada?

Em 2000, israelenses e palestinos sentaram-se em Camp David para, pela primeira vez, tentar chegar à solução definitiva para o conflito. O primeiro-ministro israelense Ehud Barak fez uma proposta a Arafat, na qual os palestinos receberiam 92% do território da Cisjordânia e toda a Faixa de Gaza, e poderiam proclamar seu Estado nacional, desmilitarizado e sem espaço aéreo independente. Os palestinos recusaram a proposta, alegando que ela não correspondia aos anseios do povo palestino. Arafat, no entanto, jamais fez uma contraproposta.

Ao fracasso nas negociações seguiu-se uma onda de violência, que culminaram na Segunda Intifada. À diferença da primeira, este evento foi orquestrado por grupos radicais palestinos, contrários à ideia de dividir o território em dois Estados. A Segunda Intifada foi um evento sangrento, que vitimou mais de 5 mil palestinos e mais de mil israelenses em cinco anos, e deixou fortes traumas na sociedade israelense. Foi no contexto da Segunda Intifada que Israel construiu o Muro de Separação com a Cisjordânia, medida controversa por ter separado populações inteiras, mas de inquestionável eficácia para a diminuição dos atentados terroristas em Israel.



O presidente egípcio, Anwar Sadat, e o primeiro-ministro israelense, Menachem Begin, signatários dos Acordos de Camp David, em sessão conjunta do Congresso em Washington, DC.

8. Qual a diferença entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia? E Jerusalém Oriental?

No ano de 2005, o primeiro-ministro israelense Ariel Sharon, decidiu retirar os colonos e as forças armadas de Israel da Faixa de Gaza de forma unilateral - sem um acordo com a AP. Cerca de $\frac{1}{3}$ dos israelenses discordaram da medida, mas o apoio popular se refletiu no parlamento e a Desconexão de Gaza foi aprovada. Desde então, não há mais colonos israelenses no local e as FDI não estão na região. Hoje, Gaza tem uma população de 2,2 milhões de pessoas, e o território já não é mais ocupado por forças militares de Israel.

O Plano de Desconexão de Gaza incluía, também, a evacuação de quatro pequenos assentamentos no norte da Cisjordânia, mas não o desmantelamento dos grandes blocos. A Cisjordânia até hoje conta com inúmeros assentamentos judaicos, dos quais quatro têm status de municípios. A maioria dos colonos são judeus ortodoxos modernos, que acreditam que a colonização de toda a Terra de Israel histórica apressará o processo de redenção e a chegada do Messias. No entanto, há muitos colonos seculares e uma boa quantidade de ultra-ortodoxos não sionistas, e isso tem um motivo de ordem prática: viver em um assentamento do outro lado da linha verde é muito mais barato do que no território soberano de Israel.



Israel jamais declarou soberania sobre a Faixa de Gaza ou a Cisjordânia. Isso se deve pelo fato de que, caso o país anexe estes territórios, deve dar, segundo a lei internacional, cidadania a todos os seus habitantes. Não há o interesse por parte de Israel de incorporar uma população de 3,2 milhões de palestinos na Cisjordânia, e o status de território ocupado segue vigente há 56 anos.

Hoje, na Cisjordânia, há diversos check points internos e externos, que controlam a passagem dos palestinos.

Jerusalém oriental é um fenômeno mais complexo. Desde 1967, Israel reunificou Jerusalém, que estava dividida entre o Estado judeu e a Jordânia. Israel, ao conquistar a metade oriental, declarou soberania sob a cidade. Os palestinos de Jerusalém oriental, entretanto, recusaram-se a receber a cidadania israelense, pois se negavam a reconhecer que Jerusalém oriental era parte do Estado de Israel. Eles, desde então, receberam um status de residência permanente, que lhes permite transitar livremente na cidade e na Cisjordânia, votar nas eleições para prefeito, mas não nas eleições para primeiro-ministro. Em teoria, esta população tem acesso a todos os serviços municipais tal qual em Jerusalém ocidental, mas na prática, nem o Estado faz muito esforço para alcançá-los, e nem eles aceitam se submeter à normalização.



9. Quais são os grupos influentes entre os palestinos?

Historicamente, todos os grupos palestinos têm um braço armado e outro político. O grupo mais importante se chama Fatah, é um movimento nacionalista árabe secular, que encabeçou a OLP desde a sua fundação (em 1964) até os Acordos de Oslo. O Fatah comanda a Autoridade Palestina, e seu braço armado (Brigada de Mártires de al-Aqsa) não realiza mais atentados contra civis israelenses. Hoje, o Fatah adota a luta política para resolver a questão palestina, liderado por Mahmoud Abbas. O Fatah reconhece o Estado de Israel, e coopera com as FDI a fim de evitar ações armadas de outros grupos palestinos contra Israel.

O principal rival do Fatah é o Hamas, grupo surgido em um dos desdobramentos da Irmandade Muçulmana egípcia. O Hamas foi fundado em 1987 pelo Sheikh Ahmed Yassin, e é um grupo religioso sunita, que adota a luta armada e o terror como meio de alcançar seu objetivo: a derrubada do Estado de Israel e a criação de um Estado palestino entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo, de caráter religioso islâmico. O braço armado do Hamas se chama Brigada Izz el-Deen al-Qassam.



Em 2006, o Hamas venceu as eleições legislativas palestinas, o que gerou uma crise entre o grupo e o Fatah. Os EUA ameaçaram cortar o auxílio financeiro da Autoridade Palestina caso o Hamas controlasse a guarda nacional (prerrogativa do chefe do poder legislativo), e o Fatah se recusou a entregar o comando da guarda ao Hamas. Os dois grupos entraram em uma guerra civil, na qual o Fatah foi expulso da Faixa de Gaza, e o Hamas da Cisjordânia. Desde então, não houve mais eleições palestinas, o Hamas comanda a Faixa de Gaza e o Fatah, a Cisjordânia.

Outro grupo palestino relevante é a Jihad Islâmica, outro grupo religioso sunita, com forte atuação armada contra Israel, usando o terror, tal qual o Hamas. A Jihad Islâmica recebe um importante auxílio financeiro do Irã. Há ainda a Frente Pela Libertação da Palestina (FPLP), um grupo de origem secular e marxista, fundado em 1967, que, assim como o Hamas e a Jihad Islâmica, não reconhece o Estado de Israel. A FPLP também tem um braço armado, chamado Brigadas Abu Ali Mustapha.



10. Quais seriam as possíveis soluções para o fim do conflito?

O conflito entre Israel e os palestinos não poderá ser resolvido sem que os dois lados sejam reconhecidos como nações legítimas e com direito sobre a terra.

Há, basicamente, duas visões para a resolução do conflito, que não incluem a possibilidade de remoção e opressão do outro lado: a solução por um Estado e a solução de dois Estados.

A solução de um Estado binacional é a favorita para acadêmicos de esquerda, sobretudo os que vivem fora de Israel. Aparentemente justa, ela alega que as duas nações podem dividir o mesmo pedaço de terra, e governar o país, respeitando a autonomia nacional e cultural de cada uma delas. Além disso, resolveria questões não consensuais, como a divisão de Jerusalém, a questão dos refugiados palestinos e a desmantelamento das colônias. O que tal proposta não leva em conta é o fracasso das experiências de construção de estados binacionais e plurinacionais por todo o mundo. O Líbano é o maior exemplo dos conflitos que tal configuração pode gerar, sobretudo quando uma população tende a crescer mais rapidamente que a outra.

A opção por dois Estados, por outro lado, exige a renúncia dos dois lados a questões que lhes são caras. A fim de garantir que haja dois Estados, um para o povo judeu e outro para o povo palestino, os judeus devem abrir mão de territórios históricos e sagrados para a cultura judaica (entre eles, Jerusalém oriental), renunciar às suas conquistas militares, às custas de muitas vidas, e admitir dismantelar colônias judaicas, algo bastante traumático na história recente do país. Os palestinos, por sua vez, deverão aceitar um território reduzido em comparação com o que lhes seria concedido no Plano de Partilha da Palestina de 1947 e o não retorno da grande maioria dos refugiados e seus descendentes. Não há solução que não passe por estas renúncias. Como dizia o escritor Amos Oz, os acordos de paz serão dolorosos, semelhante a um divórcio. Os dois lados saem feridos, mas, no futuro, podem relacionar-se bem e até serem amigos. A solução de dois Estados, no entanto, exige bravura para lidar com parcelas radicais e violentas das duas populações que se recusam a aceitar qualquer uma destas renúncias. Demanda coragem para acreditar na paz, mesmo que ninguém te assegure que o outro lado respeitará os termos deste acordo. E convicção para tomar uma atitude em meio à inércia na qual estamos. Hoje, tanto em Israel como na Palestina, são poucos os que estão dispostos a atuar com coragem, bravura e convicção o suficiente para encontrar uma solução para o conflito.

11. Por que o Líbano sempre aparece como um fator perigoso para o conflito?

Embora desde 1948 Israel não trave uma guerra contra o exército do Líbano, por diversas vezes houve conflitos com grupos libaneses, tanto em território libanês quanto israelense.

Israel estabeleceu duas guerras contra milícias no Líbano, em 1982 e 2006. Desde meados dos anos 1980, vem se fortalecendo no Líbano o grupo xiita Hezbollah, com fortes ligações com o regime iraniano e com o governo sírio. O Hezbollah é outro grupo extremista, que usa do terror para alcançar seus objetivos. Em 2000, Israel retirou-se unilateralmente do sul do Líbano, território ocupado em 1982 a fim de isolar os grupos terroristas libaneses da população civil israelense. O Hezbollah, no entanto, não cessou seus ataques contra Israel, e uma escalada maior culminou na Segunda Guerra do Líbano, em 2006.

Hoje o Hezbollah controla boa parte do território libanês, e atende aos interesses do Irã na região. É uma milícia com um poderio bélico muito acima dos grupos palestinos, e representam uma constante ameaça a Israel.



12. Quem é Benjamin Netanyahu?

Benjamin Netanyahu é o primeiro-ministro mais longevo da história de Israel, tendo ocupado o cargo de chefe do governo nos períodos 1996-99, 2009-21, e desde janeiro de 2023. Filho de um historiador ligado à direita sionista, Netanyahu passou parte de sua infância nos EUA, onde o pai lecionava na universidade. Regressou a Israel para servir o exército, no qual foi oficial da unidade de elite Matkal, a mesma que seu irmão mais velho, Yonathan, que acabou morto na Operação Entebbe (que libertou reféns judeus de um avião sequestrado por grupos terroristas em 1976).

Após o serviço militar, Netanyahu regressou aos EUA, onde se formou, e decidiu ingressar na política israelense. Primeiramente, foi embaixador de Israel na ONU, onde teve papel destacado, que lhe credenciou para tornar-se deputado pelo partido Likud. Tornou-se líder do partido rapidamente, posição que ocupou durante o processo dos Acordos de Oslo, do qual foi um dos principais críticos. Após o assassinato de Rabin, Netanyahu venceu o trabalhista Shimon Peres e tornou-se o primeiro chefe de governo de Israel nascido após a criação do estado.



Após um mandato pouco significativo e impopular, deixou a liderança do partido ao ser derrotado nas eleições seguintes, e fez um intervalo na vida política. Regressou como ministro das Finanças, cargo no qual realizou reformas de cunho neoliberal e extremamente impopulares durante a Segunda Intifada, que cobraram um alto preço: ao regressar ao comando do partido em 2005, levou o Likud ao pior resultado eleitoral de sua história. Mas, aos poucos, foi juntando os cacos e usando de sua excelente retórica para derrubar o governo Olmert, e voltou ao poder em 2009.

Desde então, Netanyahu se notabilizou por alianças políticas com partidos de todos os espectros do sionismo: desde os ultra-ortodoxos até a esquerda trabalhista, passando pelos secularistas de centro e a direita ortodoxa pró-colonização. Ele se equilibrou com êxito durante boa parte do tempo, sem grandes realizações, mas sem graves crises. Sua estratégia política para lidar com os palestinos é a “administração do conflito”, ideia que tem por premissa que o conflito não é algo que possa ser solucionado, porque os árabes não realmente querem os judeus na região. Sendo assim, a ideia seria a de reduzir danos, construir moderadamente assentamentos, não anexar os territórios ocupados, mas tampouco negociar o Estado palestino.

Aos poucos, Netanyahu foi perdendo a credibilidade no meio político, devido a promessas não cumpridas a ex-aliados, e terminou por sofrer uma forte rejeição de todos os partidos que se concentram à sua esquerda. Isso, somado a acusações de corrupção, provocaram uma radicalização do seu discurso, que passou a deslegitimar a esquerda e a população árabe-israelense, e dividir o país em dois grupos: a direita sionista e os ortodoxos contra a centro-esquerda secular e os árabes. Tal divisão chegou a seu ápice em 2023, quando seu governo decidiu executar uma reforma jurídica, que enfraqueceria drasticamente o poder judiciário. Esta reforma gerou uma forte reação popular, cujas tensões chegaram ao auge em setembro de 2023, um mês antes do mais mortal conflito com o terrorismo palestino explodir.

Bibliografia

Shlomo Avineri. La idea sionista: notas sobre el pensamiento nacional judío. Pensamiento Judío; Publisher, La Semana Publicaciones, 1983.

Walter Laqueur. Una historia del sionismo. por Walter Laqueur | Publisher. Holt & Company.

Benny Morris: A History of the Zionist-Arab Conflict, 1881-1998.

Benny Morris. The Birth of the Palestinian Refugee Problem, 1947-1949 (Cambridge Middle East Library).

Benny Morris. Um Estado, Dois Estados - Editora Sêfer, 2014.

Amit Segal. Sipura shel ha'politica ha'iseaelit (História da Política Israelense). 2020.

Tom Segev. One Palestine, Complete: Jews and Arabs Under the British Mandate Metropolitan Books.

Anita Shapira. Israel: Uma história, Editora Paz e Terra. 2018.

Avi Shlaim. A MURALHA DE FERRO: ISRAEL E O MUNDO ÁRABE. EDITORA: Fissus.



Instituto
Brasil-Israel

www.institutobrasilisrael.org



[institutobrasilisrael](https://www.instagram.com/institutobrasilisrael)



[institutobrasilisrael](https://www.facebook.com/institutobrasilisrael)



[ibi_br](https://twitter.com/ibi_br)



[ibi_br](https://www.tiktok.com/@ibi_br)